

07-02-2019

10 MUNICÍPIOS RECUSARAM

COMPETÊNCIAS DO GOVERNO

ATÉ 2021, O PROCESSO ESTARÁ TOTALMENTE CONCLUÍDO. NESTA PRIMEIRA FASE, OS MUNICÍPIOS TINHAM DE DECIDIR 11 COMPETÊNCIAS QUE JÁ ESTÃO LEGISLADAS, MAS EM ABRIL HÁ MAIS 10 NOVAS ÁREAS SOBRE AS QUAIS TERÃO DE SE PRONUNCIAR, ONDE SE INCLUI A EDUCAÇÃO, A SAÚDE, A AÇÃO SOCIAL OU CULTURA, QUE IMPLICAM MAIS RECURSOS, TANTO HUMANOS COMO FINANCEIROS. ALGUNS AUTARCAS MOSTRAM PREOCUPAÇÃO, UMA VEZ QUE O GOVERNO AINDA NÃO REVELOU AS VERBAS QUE SERÃO TRANSFERIDAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO

João Pedro Batista e Mária Fernandes

• Terminado o prazo de aceitação ou de recusa da transferência de competências do poder central para o poder local, no sábado, são já mais de 180 municípios que aceitaram receber as competências da administração central em 2019.

Na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, as opiniões entre autarquias são divergentes, tendo os primeiros 11 diplomas atinentes à descentralização de competências sido aceites por uns e rejeitados por outros. Com a descentralização em curso, no total de 31 municípios da área de abrangência da VTM, a posição tomada pelos municípios encontra-se dividida em três setores: aceitou totalmente, aceitou parcialmente e recusou.

Neste sentido, a VTM sabe que 11 dos municípios transmontanos e durienses aceitaram parcialmente as propostas deliberadas pelo poder central, como foi o caso de Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar, Santa Marta de Penaguião, Botiças, Valpaços, Montalegre, Chaves, Mirandela, Bragança, São João da Pesqueira e Murça.

Quanto à aceitação total da transferência de competências, Sabrosa, Mesão Frio,

Macedo de Cavaleiros, Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé, Peso da Régua, Tarouca, Lamego e Vila Real foram os municípios que disseram “sim” à descentralização completa, negociada pelo Governo.

Do lado dos municípios que recusaram os diplomas, encontramos Mondim de Basto, Alijó, Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Vinhais, Vimioso, Armamar, Tabuaço e Miranda do Douro que por falta de ambiguidade, de informação e de certezas no que ao envelope financeiro diz respeito, decidiram colocar-se à parte nesta primeira fase da descentralização. O município de Mogadouro ainda não tomou qualquer decisão sobre esta matéria.

Quanto ao processo da descentralização de competências, que se encontra a decorrer, o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, assegurou à comunicação social que “está a ser um sucesso”, referindo que a maioria dos municípios portugueses, segundo dados preliminares da Direção-Geral das Autarquias Locais, já aceitaram receber competências.

VERBAS
PREOCUPAM
AUTARCAS

O que mais preocupa os

autarcas transmontanos é, de facto, o montante que o Estado vai atribuir aos municípios para conseguirem exercer estas novas competências, em 2019. Sobre isso, Maria do Céu, presidente da autarquia de Freixo de Espada à Cinta, mostrou-se preocupada, apesar do município ter aceite todas as propostas.

“A preocupação passa mesmo pelo envelope financeiro”, referiu, ainda que acredite que essas competências “devem pertencer aos autarcas, mas evidentemente que tem de haver uma compensação financeira, se não as câmaras não aguentam”.

Partilhando da mesma opinião, também Orlando Alves, presidente da câmara de Montalegre, achou o envelope financeiro, no que às competências dizem respeito, pouco claro.

De referir que as novas competências, do poder autárquico, estão relacionadas com setores como justiça, bombeiros voluntários, jogos de fortuna ou azar, estacionamento público, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, gestão do património imobiliário público sem utilização, promoção turística, fundos europeus, captação de investimento, vias de comunicação, praias marítimas, fluviais e lacustres.

VILA REAL ACEITA TUDO



O presidente da câmara municipal de Vila Real, Rui Santos, confirmou à VTM que aceitou todas as transferências de competências que estavam previstas nesta primeira fase. A autarquia pretende ir mais longe neste assumir de responsabilidades, no entanto, na área da educação e da saúde, diplomas que foram publicados no final da semana passada, Rui Santos sublinhou que “estão a ser alvo de análise”, num processo que está ligeiramente mais atrasado. “Temos de verificar os dados e compará-los com a realidade que há no terreno, mas pretendemos ficar com todas as competências”, sublinhou, adiantando que a área da saúde, educação e ação social têm um impacto financeiro significativo e “terão de ser discutidas em sede própria, na assembleia municipal”.

Segundo o autarca, estas primeiras 11 competências aceites pela câmara “não têm impacto financeiro” e em algumas situações até se traduzem em receita”, mas o mais importante é que “irão permitir servir melhor a população”.

Rui Santos frisou ainda que não compreende o frenesim levantado por alguns autarcas, uma vez que na Associação Nacional de Municípios (ANM), “quase houve unanimidade, apenas o Partido Comunista Português votou contra”. Além disso, acrescentou o edil, o próprio presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, promulgou o diploma, depois do sentimento emanado por parte da ANM.

O presidente realçou que este processo que terá de estar finalizado em 2021 e acredita que a autarquia que lidera terá capacidade para receber e implementar as competências, que até agora estavam sobre a alçada do Estado central.

ALIJÓ RECUSA TUDO

● Ao contrário do que diz o homólogo de Vila Real, o presidente da câmara de Alijó, José Paredes, frisa que existem muitas dúvidas em todo o processo, por isso, o atual executivo camarário decidiu recusar na totalidade esta transferência de competências, sendo que o processo também foi alvo de chumbo na Assembleia Municipal. “Rejeitamos tudo, porque há muita coisa que falta conhecer, são muitos

conceitos para definir, muita coisa para esclarecer, sobretudo as verbas que irão estar disponíveis”.

Sobre a área da saúde e da educação, o autarca realça que estas competências são ainda as “mais pesadas”. “Os diplomas que saíram recentemente continuam a ser dúbios, em que nem sequer estão fixadas as verbas que irão ser necessárias, em que nos remete para uma fórmula, que mais tarde irá



alocar os meios”.

Apesar de ter rejeitado todas as competências nes-

ta primeira fase, Alijó espera em junho poder aceitar uma parte das competên-

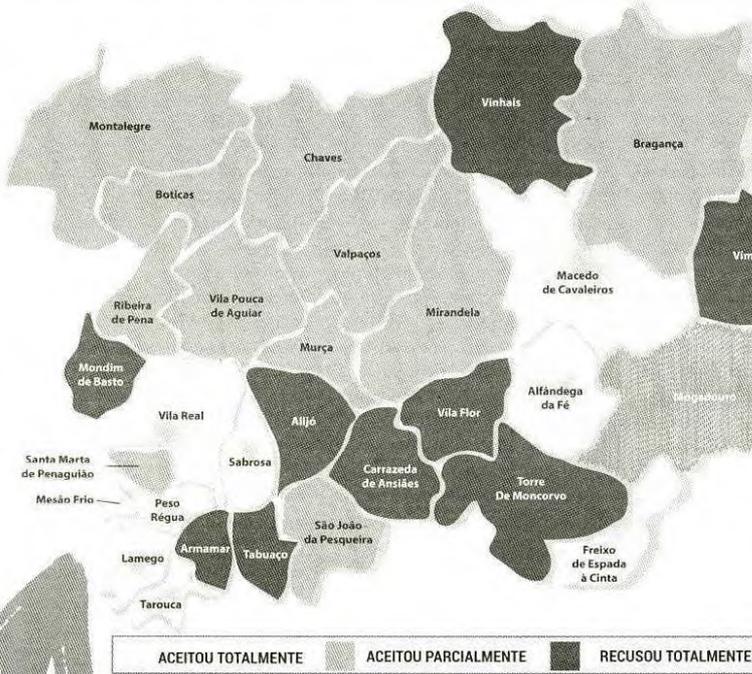
cias. “Enquanto não estiver tudo completamente fixado, não aceito. Vamos ver se em junho estaremos em condições de aceitar a maior parte. Acredito que sim”, sublinhou o líder da autarquia duriense.

O PS de Alijó, enviou um comunicado, onde defendeu a transferência, já este ano, de várias competências do poder central para a autarquia, que não teriam impacto nas finanças municipais. “Em assembleia municipal, os socialistas defenderam a transferência, em 2019, das

praças marítimas, fluviais, os jogos de fortuna e azar, as vias de comunicação, as estruturas de atendimento ao cidadão, o património imobiliário público sem utilização, justiça e bombeiros voluntários”.

Ainda segundo o PS de Alijó, o atual processo de descentralização de competências “representa um enorme passo em frente na melhoria do funcionamento dos serviços públicos, através de uma maior proximidade junto das populações e ganhos de eficiência”.

BOTICAS ACEITA ALGUMAS COMPETÊNCIAS



● À semelhança de outros municípios da região, a autarquia barrosa não aceitou a transferência de todas as competências deliberadas pelo Estado. Das 11 primeiras, Boticas aceitou apenas as competências relativas às vias municipais, à Proteção Civil e ao património do Estado sem utilização.

À VTM, Fernando Queiroga, deixou bem claro que é “um defensor da descentralização”, pelo que só não aceitou “agora” as restantes competências por causa do

tempo em que foram deliberadas e, por conseguinte, a falta de recursos humanos na autarquia. Contudo, o autarca adiantou que, em abril, as restantes propostas, como nas áreas da educação e da saúde, “serão levadas a discussão na Assembleia Municipal para aceitarmos, naturalmente, essas competências”.

Já relativamente às verbas, transferidas pela administração central para as autarquias desempenharem estas funções, Fernando Queiroga desvaloriza para já o seu valor. “Estas primeiras 11 competências não têm influência financeira. Portanto, quem fala nisso, está a ser demagogo”, referiu, acrescentando que há competências que

irão ter influência, nomeadamente as de abril, como a questão da educação, cultura, saúde e ação social, as quais “o Governo tem de nos mandar atempadamente”.

“O Governo comprometeu-se a enviar para todos os municípios o pacote financeiro, bem como o estado de conservação quer dos edifícios escolares, quer das estruturas da saúde, as quais têm que ser avaliadas”.

No que diz respeito a Boticas, o autarca considera que relativamente à área da saúde, a verba atribuída à unidade de saúde terá que ser avaliada, tal como nos edifícios escolares, apesar de estes terem sido intervencionados no âmbito do quadro comunitário 2020.

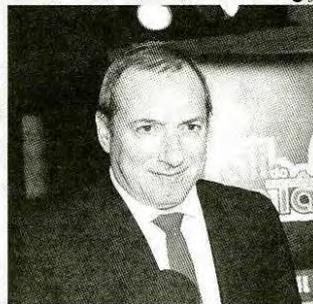
CURIOSIDADES & OPINIÕES

“O governo não cumpriu aquilo que estava acordado, ou seja, discutir com cada município o envelope financeiro associado à transferência. Quando estiverem reunidas essas condições, nós aceitaremos todas as competências. É uma questão de princípio. Não sabendo qual o envelope financeiro, não podemos aceitar”

JORGE FIDALGO
Presidente da Câmara de Vimioso

“Recusamos, porque este processo implica um substancial acréscimo de custos financeiros e recursos humanos para o município”

CARLOS CARVALHO
Presidente da Câmara de Tabuaço



“A transferência de competências pode ser uma oportunidade para reabirmos o hospital”

JOSÉ MANUEL GONÇALVES
Presidente da Câmara de Peso da Régua

O município de Mogadouro ainda “não decidiu”. As propostas vão a reunião de câmara, na próxima semana.

“Estas primeiras 11 competências não têm influência financeira. Portanto, quem fala nisso, está a ser demagogo”.

FERNANDO QUEIROGA
Presidente da Câmara de Boticas

Em Bragança, apenas uma competência foi aceite pela Assembleia Municipal.